

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS) recruta seis técnicos superiores

O IGFCSS tem como missão a gestão de fundos em regime de capitalização, designadamente no que se refere ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e ao Fundo dos Certificados de Reforma, cujas carteiras de ativos ascendem a mais de 26 mil milhões de euros.

A atividade do IGFCSS desenvolve-se de forma dinâmica nos mercados financeiros nacionais e internacionais, mediante a transação dos ativos que integram os fundos sob sua gestão.

Com o objetivo de reforçar a sua capacidade de atuação o IGFCSS pretende recrutar, através de mobilidade interna, 6 técnicos superiores com vínculo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para os seguintes postos de trabalho:

Departamento de Investimento

- ✓ 1 posto de trabalho na área de gestão da carteira de títulos de dívida (Licenciatura em Economia, Gestão ou Finanças);
- ✓ 1 posto de trabalho na área de gestão da carteira de ações e gestão da exposição cambial (Licenciatura em Economia, Gestão ou Finanças).

Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo

- ✓ 3 postos de trabalho na área de estudos macroeconómicos (Licenciatura em Economia, Gestão, Finanças ou Métodos Quantitativos);
- ✓ 1 posto de trabalho na área de operações (Licenciatura em Economia, Gestão ou Finanças).

Procuramos trabalhadores motivados para trabalhar no setor financeiro, onde os desafios são constantes, e empenhados em prosseguir as políticas públicas de segurança social delineadas para esta área.

Informações mais detalhadas sobre este recrutamento podem ser consultadas no Aviso da Bolsa de Emprego Público (www.bep.pt), com as referências: BEP OE202305/0340; BEP OE2023/0342; BEP OE202305/0344 e BEP OE202305/0345.



Instituto de Gestão de Fundos

CENTRO HOSPITALAR
UNIVERSITÁRIO
LISBOA NORTE, EPE



Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, E. P. E.

Serviço Medicina Interna Procedimento para nomeação de Diretor/a de Serviço

Nos termos do artigo 99.º do Estatuto do SNS, aprovado pelo DL n.º 52/2022, de 04/08, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 04/05/2023, se encontra aberto procedimento para acolhimento de manifestações de interesse individual, com vista ao recrutamento do(a) Diretor(a) do Serviço Medicina Interna do CHULN.

O prazo de apresentação da Manifestação de Interesse Individual é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso, devendo os(as) interessados(as) consultar o aviso integral do referido procedimento na página oficial do Centro Hospitalar, no seguinte endereço:

<https://www.chln.min-saude.pt/index.php/o-chln/recursos-humanos/recrutamento>

Lisboa, 24 de maio de 2023

A Diretora do Serviço de Recursos Humanos
Ana Cristina Fernandes

Economia

Segurança Social com excedente de 4000 milhões de euros, o maior “em mais de uma década”

Pedro Crisóstomo

Mesmo com os encargos extras da pandemia e das medidas anti-inflação, a despesa cresceu menos do que a receita

A Segurança Social registou um excedente orçamental de 4059 milhões de euros em 2022. É o maior valor “em mais de uma década”, quando se olha para as contas em contabilidade pública, faz notar o Conselho das Finanças Públicas (CFP) num relatório ontem divulgado sobre a evolução das contas deste instituto.

Com o aumento da receita a superar o crescimento da despesa, a diferença no excedente em relação a 2021 ronda os 1711 milhões de euros. O saldo exclui as operações relativas ao Fundo Social Europeu (FSE) e ao Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carentes (FEAC).

O aumento da receita foi de 6,9% e, diz o Conselho das Finanças, “é explicado essencialmente” pelo aumento do valor global arrecadado com as contribuições sociais (um crescimento de 11,8%), resultante do “aumento das remunerações declaradas à Segurança Social” e da “criação líquida de emprego, por via do enquadramento macroeconómico favorável”.

A despesa executada pela Segurança Social ficou acima da previsão inicial do Governo, com uma diferença de 995 milhões. Ao todo, a despesa acabou por aumentar 1,7% em relação a 2021 (mais 508 milhões de euros), o que se explica com os encargos associados a algumas medidas de apoio criadas durante a pandemia e a outros novos apoios decididos pelo Governo para compensar parte do agravamento da inflação depois da eclosão da guerra na Ucrânia com a invasão russa, em Fevereiro do ano passado.

Ao todo, diz o CFP, estas medidas totalizaram 1908,8 milhões de euros e, se se simular um cenário em que não teriam sido adoptadas, a despesa efectiva da Segurança Social “teria diminuído 4,7% face a 2021”.

O conselho liderado pela economista Nazaré da Costa Cabral explica ainda que o crescimento da despesa reflecte ainda o incremento “com pensões (6,6%) e das outras prestações (123,1%), uma vez que estas agregam as medidas do choque geopolítico, a Acção Social (10,9%), as prestações de parentalidade (12,4%), o abono de família (3,9%) e os subsídios e o complemento por doença (7,3%)”.

A actualização extraordinária das



DANIEL ROCHA

Conselho de Finanças Públicas é liderado por Nazaré da Costa Cabral

pensões em 2022 e o pagamento do complemento aos reformados em Outubro “tem vindo a aumentar” o peso da rubrica das pensões no total da despesa efectiva da Segurança Social. Em 2017, o “primeiro ano” em que houve um aumento adicional das reformas, a despesa associada à medida extraordinária “ascendeu a 77 milhões” e, em 2022, o impacto foi de 896 milhões, refere o órgão incumbido de fiscalizar o cumprimento das regras orçamentais no país.

Houve alguns encargos em que a despesa baixou: nos valores associados ao pagamento das “prestações de desemprego em 316 milhões de euros (-19,9%), na prestação social para a inclusão e complemento em 50 milhões de euros (-9,6%), no rendimento social de inserção em 17 milhões de euros (-4,8%) e no complemento solidário para idosos em 5,1 milhões de euros (-2,5%)”.

O Conselho das Finanças Públicas explica que, no caso das prestações de desemprego, a quebra “traduz a melhoria da actividade económica, com uma diminuição da taxa de desemprego em 2022, de um menor número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (-21%), e de uma redução da despesa com a compensação salarial por suspensão temporária de contrato de trabalho (*lay-off* tradicio-

“Desde o ano de 2014” que a CGA “não apresentava uma situação deficitária”, afirma o conselho

nal)”. Nestes cálculos, o conselho inclui não apenas o subsídio de desemprego, mas também o subsequente (o subsídio social de desemprego) e outras medidas de apoio ao emprego.

CGA com défice

O relatório inclui uma parte sobre a trajectória das contas da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que “registou um défice orçamental de 196 milhões de euros” em 2022. “Desde o ano de 2014 que esta entidade não apresentava uma situação deficitária” e, neste caso, o saldo negativo “reflecte uma deterioração de 277 milhões de euros face ao excedente de 81 milhões alcançado em 2021”, por ter existido um crescimento da despesa superior ao da receita. O aumento, de 5,1%, foi “mais do dobro do registado na receita (2,4%)”, explica o conselho.

A despesa efectiva da CGA ascendeu a 10.808 milhões de euros, “mais 522M€ [milhões de euros] do que no ano anterior. Esta evolução da despesa efectiva - em mais 522 milhões de euros - “está influenciada pelo pagamento do complemento excepcional aos pensionistas, no valor de 339,1 milhões de euros”.

“Sem esse efeito extraordinário, a despesa teria aumentado 183 milhões de euros, dos quais 141 milhões relativos a pensões e abonos da responsabilidade da CGA. O regime da CGA fechou a porta a novos subscritores a 1 de Janeiro de 2006 e, com isso, o número de aposentados é hoje superior ao de subscritores. Essa diferença voltou a aumentar. No final de 2022, o rácio de activos/inactivos era de 0,80 subscritores no activo por cada aposentado, face a 0,83 em 2021.